



**SindBancários**  
PETRÓPOLIS/RJ

**Dia a Dia**

[www.sindbancariospetropolis.com.br](http://www.sindbancariospetropolis.com.br)



**CUT** BRASIL **CONTRAF**

Informativo Diário do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários  
e no Ramo Financeiro dos Municípios de Petrópolis e São José do Vale do Rio Preto

Telefax: (24) 2242.0673 | 2231.2281

[f /SindBancariosPetropolis](https://www.facebook.com/SindBancariosPetropolis)

[sindbancariospetropolis@gmail.com](mailto:sindbancariospetropolis@gmail.com)

**Ano XVI nº 4720 – 12 de novembro de 2013**

## Hoje é Dia Nacional de Mobilização

Hoje (12/11), a CUT e as demais centrais sindicais realizam o **Dia Nacional de Mobilização** para reivindicar o fim do Fator Previdenciário e a imediata correção da tabela de Imposto de Renda.

Na cidade do Rio de Janeiro, o ato será na Rua Pedro Lessa, 36, sede do INSS, às 15 horas e contará com a presença do presidente nacional da CUT, o bancário Wagner de Freitas. O SindBancários Petrópolis também participa desse momento com os diretores, Geraldo Luiz de Oliveira e Jorge Papoula.

O Fator Previdenciário é mais uma das decisões do governo FHC que prejudica a classe trabalhadora, em especial, os que começam a trabalhar mais cedo. A fórmula matemática criada no governo FHC serve apenas para reduzir o valor do benefício de quem se aposenta por tempo de contribuição antes de atingir 65 anos de idade (homens) e 60 anos (mulheres).

A tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) é um instrumento de justiça fiscal. A tributação cresce conforme a renda do contribuinte. Porém, quando a tabela não é corrigida, as distorções pesam, principalmente, no bolso dos trabalhadores.

No último dia 21 de agosto, a CUT e as demais centrais se reuniram com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, para discutir o fim do fator. Naquele dia, o ministro combinou que em 60 dias, período em que seriam realizados debates para encontrar uma alternativa justa, o governo daria uma resposta, mas, até agora as centrais não foram convocadas para uma única reunião.

## A saúde do bancário em primeiro lugar

As causas de adoecimento entre os bancários é uma preocupação permanente de toda a categoria. Mas, a partir de agora, os motivos para o número assustador de doenças ocupacionais serão investigados pelo grupo de trabalho formado por representantes dos trabalhadores e Fenaban.

A Federação Nacional dos Bancos, inclusive, se comprometeu em apresentar, na reunião do dia 28, dados dos funcionários afastados por CID (Classificação Internacional de Doenças), gênero, idade, tempo de banco e função. Também será definida, a metodologia a ser utilizada.

A garantia foi dada em encontro realizado na última quinta-feira (07/11). No ano passado, 21.144 bancários foram afastados das funções, de acordo com o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). No entanto, o índice poderia ser bem maior. Isso porque a maioria dos pedidos de afastamento é negada e muitos trabalhadores continuam exercendo atividade normal. A estimativa é de que, a cada ano, o número de empregados doentes chegue a 60 mil.

Um dado preocupante e que, sem dúvida, deve ser investigado urgentemente. A próxima reunião terá a participação de médicos do trabalho, psicólogos e advogados especialistas na área de saúde do trabalhador.



## STF julga acerto de plano econômico

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para 27 de novembro o julgamento de um dos casos de maior impacto financeiro atualmente na corte, com resultado crucial para os bancos: o que decidirá se os índices de correção monetária foram devidamente aplicados nas cadernetas de poupança durante os planos econômicos das décadas de 1980 e 1990. Os bancos podem perder entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões conforme a decisão do STF, segundo estimativa feita em março pelo Banco Central. Se a corte entender que a correção aplicada foi inferior à que os correntistas tinham direito, bancos públicos e privados terão que pagar os expurgos inflacionários referentes ao período. Estão na pauta do dia 27 quatro recursos de bancos, referentes aos planos Bresser (1987), Verão (1989), Collor 1 (1990) e Collor 2 (1991). Os relatores são os ministros Gilmar Mendes e Dias Toffoli, confirmaram que esses processos serão enfim julgados. A data foi acertada com o presidente do STF, Joaquim Barbosa.

As ações estão na Justiça há anos, mas chegaram ao Supremo a partir de 2008. Em abril de 2012, o Banco Central, que entrou no processo como interessado, pediu ao ministro Gilmar Mendes para adiar a análise dos recursos, que estava marcada para aquele mês. Além do enorme impacto financeiro, o julgamento vai desafogar mais de 250 mil processos que hoje estão paralisados nas instâncias inferiores, aguardando a conclusão do STF. Como os recursos têm repercussão geral, a decisão do Supremo valerá para as demais ações semelhantes em trâmite no país, afetando todas as instituições financeiras que operavam na época. Os autores dos recursos são Banco do Brasil, Santander e Itaú Unibanco.

As instituições financeiras questionam decisões de instâncias inferiores favoráveis a correntistas. A estimativa no STF é que a sessão do dia 27 seja destinada a ouvir a argumentação das várias partes interessadas e os votos fiquem para a sessão seguinte.